

POLÍTICA

No dia do protesto, juiz inclui Cabral na "minoría anarcóide."

Um protesto dos juizes de São Paulo contra o anteprojeto de Bernardo Cabral, na parte referente ao Poder Judiciário, foi lavrado nas audiências de ontem, constando da ata de cada uma delas, que serão encaminhadas ao presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães.

Essa forma de protesto foi uma recomendação da Associação Paulista de Magistrados, especialmente contra os artigos 144 e 110, e seus respectivos parágrafos únicos, que tratam da composição do quinto constitucional dos tribunais e da criação de um órgão externo de controle do Poder Judiciário.

Na sessão plenária de ontem, reunindo os 25 desembargadores mais antigos do Tribunal, o desembargador Dínio de Santis Garcia, quarto vice-presidente, fez um veemente discurso, no qual mesclou uma homenagem ao desembargador João Batista de Arruda Sampaio, recentemente falecido, com críticas pesadas ao anteprojeto de Bernardo Cabral: "Em momentos de crise, e sem dúvida estamos a atravessar uma das piores já ocorridas à volta da Justiça, é natural que nos miremos nos exemplos de nossos maiores, como a pedir-lhes

energia para suportá-la, e clarividência para debelá-la". Fazendo restrições ao trabalho da Constituinte ("há um divórcio entre o texto elaborado por uma minoria anarcóide e as aspirações do povo brasileiro"), Dínio Garcia falou de um "temor, que todos alimentamos, de que as coisas possam continuar a marchar assim, até o desastre final".

Entre paralisações de atividades, pronunciamentos e envio de telegramas aos constituintes e outras autoridades, os magistrados brasileiros marcaram ontem seu protesto contra os dispositivos relativos ao Poder Judiciário, do substitutivo do relator Bernardo Cabral, que desagradaram a classe. Em Brasília, depois de uma reunião, os presidentes dos tribunais de Justiça de todo o País entregaram documento ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, pedindo a supressão do dispositivo que cria o Conselho Nacional de Justiça, alegando que esse

"Como não poderia deixar de ser" — acrescentou — "o Poder mais atingido é o Judiciário. Pois enquanto não conseguirem destruí-lo, ou quando menos amesquinhá-lo à mofina condição de inspetor de quarteirão, não lograrão, os anarcóides de todo o gênero que ditam rumos à Assembléia Consti-

tuíte, deitar por terra a ordem jurídica que tanto odeiam."

A crítica do quarto vice-presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo refere-se a formação da quinta parte dos tribunais — Justiça e Alçadas — que, de acordo com o segundo substitutivo, seria feita através da elaboração de uma lista

séxtupla, pela Ordem dos Advogados do Brasil e o Ministério Público. Para Dínio Garcia, isso significa um "gratuito atestado de incompetência passado aos Tribunais de Justiça de todo o País". O desembargador reconhece que "os ativistas, que ditam rumos à Constituinte são trabalhadores — e além disso coerentes na obra de demolição em que se acham empenhados".

E mais: "Percebendo que, dominado o quinto constitucional, restariam ainda quatro quintos de cada Tribunal com possibilidade de lutar pela independência do Poder, partiram para a aniquilação destes, criando o chamado controle externo da magistratura".

Para Garcia, "uma Justiça submissa será a mais triste contração da Justiça. E um Poder Judiciário que nada pode, pior que refutada expressão retórica, é um crime contra a Nação".

Os demais desembargadores ouviram a manifestação do quarto vice-presidente, mas nada foi decidido, concretamente, para se atuar junto à Constituinte e alterar esses artigos criticados. Alguns juizes acreditam que um Poder não deve participar de lutas institucionais, mas essa posição não é consenso na magistratura. De algum modo, os juizes pensam em demonstrar seu desgosto à Constituinte. Os desembargadores ficaram desapontados, porque receberam, em agosto, com todas as honras, a visita do relator da Comissão de Sistematização Bernardo Cabral, e não esperavam por isso.

Percival de Souza

Protestos também em Brasília, Paraná, Mato Grosso, Pernambuco...

órgão fiscalizador põe em risco a democracia e a independência do Poder Judiciário. O documento, denominado "Do Judiciário à Nação", ainda pede "encarecidamente" a supressão do artigo 144. Foi entregue também ao presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Rafael Mayer, e a Bernardo Cabral.

Em Cuiabá, o presidente da Associação dos Magistrados Matogrossenses, Ernani Vieira, acatou determinação do presidente do Tribunal de Justiça, Odiles de Freitas, e decidiu paralisar as atividades do Judiciário do Mato Grosso. E tanto Vie-

ra como Freitas viajaram a Brasília na tentativa de influenciar os constituintes do Estado a votarem contra os dispositivos criticados no substitutivo Cabral.

Em Manaus, o Judiciário também parou, mas parcialmente. O funcionamento do fórum foi normal e o movimento de protesto se limitou à Vara de Distribuição, que não liberou os processos para as demais varas, provocando o adiamento dos julgamentos marcados para ontem.

Em Curitiba, o presidente da Associação dos Magistrados do Paraná limitou-se a enviar telegramas

a todos os constituintes do Estado pedindo que votem contra a criação do Conselho Federal de Justiça. Enquanto em Porto Alegre esse Conselho era veementemente criticado pelos participantes do XIV Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil.

Os magistrados de Pernambuco marcaram seu protesto divulgando um manifesto de repúdio, que será publicado hoje nos principais jornais e foi enviado ainda ontem a todos os constituintes pernambucanos integrantes da Comissão de Sistematização.

Constituinte

O jogo e a malícia na hora da votação

Freitas Nobre

A Comissão de Sistematização começa a discutir e a votar, hoje, o Substitutivo II do seu relator, Bernardo Cabral.

O público, por certo, ficará com a visão de um debate comum e de um processo de votação habitual.

Mas não será assim tão simples essa intensa disputa de posições, de interesses, de lobbies, e, até — quem sabe? — de idéias.

A Comissão de Sistematização não pode ser vista em um plano único, mas de uma forma multidimensional, no mínimo, tridimensional. Nela, estarão os 93 integrantes, provavelmente com alguns suplentes substituindo certos titulares, que, por circunstâncias várias, poderão ausentar-se nos momentos decisivos das votações. Esse corpo de constituintes deverá ser analisado pela comunidade não simplesmente como filiados deste ou daquele partido, mas especialmente como integrantes deste ou daquele grupo, já que a negociação se faz, hoje, à base desses agrupamentos, nem sempre lícitos. E que o observador também não ignore alguns que funcionam isoladamente, como marginais às legendas e aos grupos.

Mas, se o leitor vai observar a Comissão em seu conteúdo e composição, não pode ignorar pelo menos duas outras faces. Uma delas, a da própria comunidade que espera as informações e as decisões, que pretende acompanhar o comportamento dos seus parlamentares e as posições assumidas por eles, individual ou coletivamente, a respeito de pontos específicos de seu interesse pessoal, profissional, ideológico ou religioso.

Mas, há, finalmente, uma terceira face: a que se coloca atrás da Comissão, ou seja, nos seus bastidores e que manipula mais que as outras e até decide mais que elas. Pode-se dizer que é uma espécie de face oculta, o que se costuma classificar numa expressão muito em voga — "o que está por trás".

A Comissão terá que limitar o debate e a votação dos requerimentos até o dia 8 de outubro, pois no dia 9 o relator terá a responsabilidade de apresentar o texto final do substitutivo. Será o último, pois que, nem na Comissão nem em plenário, será admissível um novo substitutivo, embora não excluída a possibilidade de emendas. A redação final do dia 9 de outubro será aquela que o plenário da Constituinte vai examinar, destacando matérias discordantes e votando num prazo de 40 dias que começa num primeiro turno no dia 12 de outubro, feriado duplamente em Brasília, mas data irrecorrível, segundo o calendário de sua tramitação.

Sendo a Comissão de Sistematização um plenário mais restrito, sobre os seus integrantes se concentram mais pesadamente as pressões que já se definiram durante o período de tramitação, além daquelas que não se expõem e que, por isso mesmo, fazem presumir com mais razão interesses inconspicuos.

O jogo e a malícia são os instrumentos mais comuns numa fase final importante como esta, no

órgão principal da estrutura preliminar do texto.

Alguns constituintes permutam os votos nos destaques com interesses cruzados.

Assim, por exemplo, o deputado Siqueira Campos, do PDC, autor de emendas e destaques objetivando a criação do Território do Tocantins, troca seu voto até mesmo pelo presidencialismo, embora já fixado no grupo parlamentarista, se sua iniciativa puder ser vitoriosa.

A votação de hoje na Comissão vai partir do ponto essencialmente polémico — o sistema de governo, pois, pelo critério adotado, os trabalhos começam pelas primeiras emendas protocoladas e a primeira delas é exatamente sobre o parlamentarismo.

Como a votação faz-se em blocos, se adotado o destaque para o parlamentarismo, a sua peculiaridade será definida em uma das emendas, e todas as demais propostas em torno do mesmo tema ficam prejudicadas. Dessa forma, a simplificação se faz eliminando em cada votação centenas e centenas de requerimentos. Como após a votação em bloco, os artigos, parágrafos, incisos, alíneas dependem de novas votações, mais um exemplo desse processo: adotado um destaque supressivo, e, portanto, retirado o texto, todas as demais emendas com destaque solicitado ficam prejudicadas.

Os cálculos de ontem davam o seguinte resultado na Comissão de Sistematização: 53 votos pelo parlamentarismo e 38 pelo presidencialismo, já contados nos dois blocos os 4 votos apontados como não ainda definidos: os de Fernando Lyra e José Paulo Bisol, que ficariam com o sistema parlamentar de governo, e Rodrigues Palma e Cristóvão Chiaradia, que se alinhariam aos presidencialistas.

Quanto a São Paulo, se não houver modificação de última hora, votarão com o sistema parlamentar naquela Comissão os constituintes Fernando Henrique, Fernando Gasparian, João Hermann, José Serra, Severo Gomes, todos do PMDB; Mendes Thame, do PFL; Gastone Righi, Francisco Rossi e Joaquim Bevilacqua, do PTB. Com o sistema presidencialista na Comissão estarão apenas, pelo PMDB de São Paulo, Manoel Moreira e Theodoro Mendes e os petistas Luiz Inácio Lula da Silva e Plínio de Arruda Sampaio, fixados disciplinadamente pelo Diretório Nacional que decidiu encampar a tese do presidencialismo.

Carlos Sant'Anna, membro da Comissão e líder do governo, articula e negocia os destaques para as emendas que tratam do presidencialismo, do sistema tributário, da reforma agrária, da ordem econômica, da estabilidade do servidor e do sistema previdenciário. Nos dois últimos pontos, alcançando judicialmente os aposentados e os servidores públicos quanto à preservação dos valores nos reajustamentos de proventos e na estabilidade com cinco ou mais anos de serviço.

Em inferioridade na Comissão, o Planalto já prepara a estratégia de plenário na Constituinte, embora ainda não se considere vencido, apesar dos cálculos que foram reforçados nos dois últimos dias para a tese parlamentarista. O governo julgou-se forte demais e jogando pesado, rejeitando o diálogo, uniu as correntes parlamentaristas que estavam divididas por detalhes de aplicação do sistema.

Denúncia: uma alteração no texto, sob a forma de errata.

Os líderes do PDT, Brandão Monteiro, e do PTB, Gastone Righi, denunciaram ontem a inclusão de dois parágrafos no artigo 203 do substitutivo já publicado do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, que dispõe sobre transportes aéreo, marítimo e terrestre. Os dois parágrafos foram incluídos através da publicação da errata do substitutivo, que contém a correção de

diversos erros de remissão.

O parágrafo primeiro estabelece que as disposições do artigo 203 não se aplicam aos transportes de granéis. Enquanto o parágrafo segundo dispõe que a lei estabelecerá condições para conceder direito de bandeira brasileira a navios afretados, em caráter complementar ou temporário, por empresas nacionais de navegação.

Segundo o líder do

PTB, o parágrafo 2º abre a "perspectiva de haver uma das maiores bandalheiras já registradas nesta nação, e que poderá custar aos cofres públicos cerca de 500 milhões de dólares ao ano". Righi afirma que o dispositivo foi incluído graças ao lobby dos "ditos armadores nacionais, que pretendem converter navios afretados em navios de bandeiras brasileiras".

Com isso, o País não pagaria frete pelas

mercadorias em dólares, mas o afretamento do navio e cerca de 500 milhões de dólares seriam perdidos, beneficiando testas-de-ferro que se intitulariam armadores nacionais. E as tripulações desses barcos seriam estrangeiras, porque são poucos afretamentos armados com tripulação inteiras.

Para Gastone Righi, a manobra atenta "contra a soberania nacional. Trata-se de cri-

me contra o princípio nacionalista, que queremos preservar, e acaba interferindo regimentalmente, pois estamos impedidos por este tipo de colocação, a priori, de oferecer destaque, denunciar o dispositivo ou emendá-lo". Os dois líderes vão consultar o presidente Ulysses Guimarães sobre a possibilidade de pedir destaque para os parágrafos incluídos na proposta final através de errata.

Foram constatados 38 erros no substitutivo de Bernardo Cabral. Mas, à exceção do que foi denunciado pelos dois líderes, os erros corrigidos são em sua grande maioria de remissão, como citação errada de parágrafos, alíneas, incisos e artigos. Uma das erratas incluiu o cargo de ministro de Estado entre os que devem ser preenchidos por brasileiro nato, o que foi omitido pelo substitutivo.